AUTORIA FEMININA COMO RESISTÊNCIA: O PAPEL DO PNLD NA CONFIGURAÇÃO DO REPERTÓRIO LITERÁRIO ESCOLAR

Brenda Lima dos Santos Lopes[1]
Letícia Teixeira Lobo Rodrigues[2]

[1]Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em História e Letras (PPGIHL), Fortaleza,Ce, Brasil, brendalimass@gmail.com
[2]Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em História e Letras (PPGIHL), leticialobo10@gmail.com

Resumo
Este artigo investiga a representatividade de gênero nos materiais didáticos, defendendo a autoria feminina como instrumento de resistência e emancipação. O objetivo é analisar como a voz feminina é articulada em manuais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) para os Anos Finais do Ensino Fundamental. A metodologia, de natureza qualitativa e bibliográfica, estruturou-se em etapas quantitativas (contagem de autoria) e análise de conteúdo (tratamento editorial). Os resultados das três coleções analisadas (*Teláris Essencial*, *Português: Linguagens* e *SuperAção*) revelam uma hegemonia masculina persistente, com a autoria feminina oscilando entre apenas 18,7% e 31,2% do corpus. Para além da disparidade numérica, identificou-se uma "segregação simbólica": a ausência de boxes biográficos para mulheres, a omissão de destaques visuais para suas obras e a redução de vozes femininas, como a de uma professora indígena, ao registro do depoimento pessoal, enquanto autores homens detêm o estatuto de autoridade intelectual. Conclui-se que o livro didático, ao normalizar o androcentrismo literário, falha em confrontar a misoginia estrutural e a escalada de violência contra a mulher na sociedade brasileira. Ao invisibilizar a produção intelectual feminina, o material didático acaba por validar hierarquias de poder, comprometendo a formação de leitores críticos e cidadãos aptos a reconhecer a plena humanidade e pluralidade das vozes femininas.

Palavras-Chave: PNLD. Autoria Feminina. Livro Didático. Formação de Leitores. Resistência.

Introdução

O ato de ler, longe de ser apenas um processo mecânico de decodificação, constitui-se como prática social e política fundamental à formação humana. No cenário educacional brasileiro, tal exercício é o alicerce que permite ao sujeito analisar a sociedade e ampliar sua visão de mundo, transcendendo a tradução de símbolos para atingir a interpretação crítica. Como destaca Aguiar (1996), essa capacidade não é um fenômeno natural, mas exige o domínio de códigos socialmente aceitos em suas modalidades práticas e estéticas. Nesse sentido, o desafio da escola contemporânea reside na transição do "saber ler" para o "formar

um leitor", estágio em que o aluno deixa de ser receptor passivo para interagir com o universo autoral e construir conceitos próprios.

Nesta trajetória, o professor emerge como o principal mediador, responsável por estratégias que convertam o hábito em prazer estético. Contudo, essa intervenção é frequentemente balizada pelo livro didático. Embora indispensável à organização curricular e promotor de transversalidade, o manual gera debates intensos: se por um lado fundamenta a aprendizagem, por outro corre o risco de tornar-se uma "muleta" limitadora da autonomia pedagógica. A eficácia desse recurso está, portanto, condicionada ao uso reflexivo do docente, evitando que a sala de aula se converta em espaço de mera reprodução ideológica.

Para que a formação do leitor cumpra sua função emancipadora, é imperativo que a mediação rompa o silenciamento de vozes historicamente marginalizadas. Nesse contexto, a escrita feminina revela-se instrumento essencial de resistência. Frequentemente situada à margem do cânone reconhecido pela classe dominante, a literatura produzida por mulheres identifica-se como expressão artística de minorias que interpelam discursos hegemônicos (Zinani, 2011). Tais vozes rompem o silêncio para desenhar novos mapas na reconstrução da memória e da ficção, consolidando uma linguagem própria que se manifesta como espaço de libertação e autorreconhecimento.

Sob essa ótica, o presente artigo discute a interconexão entre o desenvolvimento do leitor crítico e a necessidade de uma docência consciente. O objetivo central reside em investigar de que maneira a autoria feminina é apresentada e articulada em três obras didáticas de 8º ano aprovadas pelo último Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa e de cunho bibliográfico, estruturada em duas etapas: inicialmente, um levantamento quantitativo para aferir a proporção de produções femininas no *corpus* e, em seguida, uma análise de conteúdo para identificar a profundidade da mediação proposta para esses textos. Busca-se, assim, compreender se o livro didático atua como facilitador da diversidade ou se reitera o apagamento de vozes que desafiam o *status quo* e promovem a cidadania plena e emancipatória.

A literatura feminina

A autoria feminina, para além da questão biológica, configura-se como uma categoria política e estética que se tensiona, frequentemente, no campo da literatura marginal. Ao posicionar-se em oposição à arte canônica legitimada pelas classes dominantes, essa produção emerge como uma expressão artística de minorias que visa interpelar discursos hegemônicos e reinterpretar a cultura tradicional sob uma ótica de alteridade (Zinani, 2011). Essa modalidade de escrita transcende a produção textual isolada, constituindo um movimento de desnaturalização das estruturas de submissão histórica.

Nesse contexto, os recortes de gênero e etnia atuam como demarcadores de territorialidade discursiva. Tal posicionamento é marcado politicamente, uma vez que essas categorias configuram-se como possibilidades de contestação e diferença ao inaugurarem um contradiscurso ao posicionamento hegemônico da cultura dominante (Patrocínio, 2010). Dessa maneira, entende-se que a literatura marginal está intrinsecamente vinculada à expressão de uma minoria e à subalternidade, colocando-se em constante diálogo e confronto com a arte canônica que circula na classe dominante.

A abertura para novas práticas culturais, impulsionada pelos Estudos Culturais em meados do século XX, impôs a necessidade de repensar os referenciais que balizavam o sistema literário tradicional. Considerando que a inserção nesse sistema exige o domínio de códigos e convenções socialmente aceitos (Aguiar, 1996), a autoria feminina emerge como uma força que desafia tais padrões. Nesse cenário, a escrita produzida por mulheres consolida-se como um ato de resistência, cujo pilar estruturante reside na transição ontológica e discursiva da mulher: a passagem de objeto a sujeito da própria fala.

Historicamente relegada à condição de "outro" e submetida às narrativas androcêntricas, a mulher ocupou uma posição de subalternidade, sendo objeto do discurso alheio e raramente sujeito de sua própria história. Sobre a necessidade de romper esse silenciamento para a construção de uma identidade autônoma, argumenta:

> [A] Literatura Feminina busca a formação de um espaço próprio [...] em que a mulher seja o sujeito do discurso e possa a partir de um ponto de vista e de um sujeito de representação próprios [...] construir sua própria representação, [para, dessa maneira] constituir-se enquanto sujeito discursivo, livrando-se da silenciosa posição de objeto. (Patrocínio, 2010, p. 29)

Ao reivindicar essa enunciação, a escritora subverte arquétipos limitantes e reconstrói representações fundamentadas em suas especificidades e vivências gendradas. Esse processo de subjetivação encontra-se intrinsecamente articulado aos conceitos de identidade e territorialidade, materializando a experiência de transitar e ressignificar espaços. Trata-se do movimento dialético de saída do domínio doméstico, metaforizado pelo confinamento da "mesa da cozinha", em direção ao território intelectual e público, historicamente interditado pelo domínio patriarcal.

Nesse sentido, a escritura converte-se em um campo de liberação e resistência, em que o ato de redigir atua como um mecanismo primordial para "fraturar o silêncio" imposto por séculos de exclusão sistemática. Essa transição da mulher, que a retira da condição de objeto para alçá-la ao posto de sujeito da própria fala, encontra seu campo de prova institucional no ambiente escolar. É por meio das obras selecionadas pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) que essas vozes femininas podem, ou não, romper o confinamento privado e ocupar o espaço público e intelectual da sala de aula.

Como principal política pública de distribuição de materiais pedagógicos no Brasil, o PNLD atua como um autêntico regulador do "saber legítimo", chancelando quais autores farão parte do repertório cultural de milhões de jovens. Sob essa ótica, o livro didático materializa o cânone escolar. Sendo assim, se a autoria feminina busca desestabilizar hegemonias, é no exame minucioso dessas coleções que se verifica se a escola está promovendo a emancipação ou reiterando exclusões. A análise das obras aprovadas para os Anos Finais do Ensino Fundamental revela, portanto, se o material didático está sendo utilizado para manter a hegemonia de discursos androcêntricos ou se, de fato, está abrindo espaço para o reconhecimento da alteridade, da diversidade e da produção literária de mulheres na América Latina.

O livro didático no processo de formação de leitores críticos

O livro didático configura-se como um objeto de múltiplas facetas, atuando simultaneamente como mercadoria da indústria cultural, repositório de conteúdos sistematizados e suporte privilegiado para a difusão de ideologias. Historicamente, no cenário brasileiro, esse dispositivo foi concebido pelo poder instituído como um mecanismo de

controle estatal, visando à uniformização do saber escolar e à fixação de ortodoxias que garantissem a coesão de uma identidade nacional.

Dentro dessa estrutura, a relação entre o suporte e a aprendizagem é tão estreita que se pode afirmar que o "livro e o conhecimento são elementos inseparáveis, indicotomizáveis" (Silva, 1996, p. 8). Contudo, essa conexão não implica que o manual deva ser aceito de forma acrítica. Pelo contrário, o livro não deve ser considerado um repositório de informações prontas, no qual o educando se limite a reproduzir pensamentos e respostas elaboradas a partir de conhecimentos simplificados que, frequentemente, carecem de conexão com a realidade da comunidade em que o aluno está inserido.

Os textos que integram o manual escolar desempenham papéis fundamentais e complementares, dividindo-se entre o conteúdo explícito, voltado à instrução direta, e o discurso pedagógico, que prescreve as formas de apreensão do conhecimento através de aparatos didáticos. Sobre a complexidade da definição desse saber que habita os manuais, Bittencourt (1993) esclarece:

> O tema do livro didático e sua história somou-se aos problemas do saber escolar cuja essência buscamos definir. Esta reflexão é necessária uma vez que, frequentemente, o conteúdo dos manuais é confundido com o saber escolar por excelência. Trata-se de um conhecimento concebido como científico [...] e que é proposto dentro de regras determinadas pelo poder constituído ou por instituições próximas a ele, construindo-se, desta forma, o saber a ser ensinado difundido pelas disciplinas escolares distribuídas pelos programas e currículos escolares. O saber a ser ensinado transforma-se em saber ensinado na sala de aula onde o professor é elemento fundamental tanto na interpretação que fornece a este conhecimento proposto como nos métodos que utiliza em sua transmissão [...]. (p. 72)

Essa centralidade conferida ao material impacta diretamente a prática em sala de aula. A importância atribuída ao livro didático em toda a sociedade faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando de forma decisiva o que se ensina e como se ensina (Silva, 1996). Essa hegemonia transforma o manual, em muitos contextos, em uma "insubstituível muleta" para o docente, especialmente quando a formação pedagógica é precária.

Embora o livro busque impor uma "leitura forçada" e uniforme, seu impacto real depende da mediação do professor, que deve atuar como o agente capaz de ressignificar o material. Para além da instrução formal, os manuais assumem funções de orientação moral e cívica, utilizando narrativas históricas e ilustrações que, por vezes, reiteram padrões culturais eurocêntricos e silenciamentos históricos, como o da autoria feminina.

Em última análise, a literatura contemporânea postula que o livro deve ser compreendido como um agenciador de saberes. Sua função primordial não é o fechamento do conhecimento, mas a oferta de "textos do mundo" que possibilitem ao discente o domínio da cultura letrada e o desenvolvimento de um senso crítico capaz de questionar as próprias hegemonias presentes no suporte didático.

Considerando que o livro didático atua como esse potente regulador do saber e da identidade, a presente pesquisa desloca-se da análise teórica para a investigação empírica de obras contemporâneas. Se o manual é o suporte que "marca o que se ensina", torna-se urgente verificar como a autoria feminina (aqui defendida como instrumento de resistência e emancipação) é operacionalizada no interior dessas páginas. Para tanto, a seção seguinte detalha os procedimentos metodológicos adotados para a análise de três coleções aprovadas pelo PNLD (2024-2027), buscando converter os conceitos de silenciamento e representatividade em dados concretos, tanto quantitativos quanto qualitativos, sobre a realidade do material didático destinado aos anos finais do Ensino Fundamental.

Metodologia

A análise dos dados coletados organizou-se em um movimento que partiu da superfície quantitativa em direção à profundidade qualitativa. A análise quantitativa não visou apenas enumerar autores, mas identificar a densidade da presença feminina nos exemplares selecionados. Por meio da tabulação de frequências, estabeleceu-se o contraste entre a autoria masculina e a feminina, permitindo visualizar o grau de democratização do repertório textual proposto por três exemplares aprovados pelo PNLD para a disciplina de Língua Portuguesa em turmas de 8º ano. Este mapeamento é o que permite questionar se a representatividade de gênero é uma prioridade na seleção das obras ou se a hegemonia masculina permanece como o eixo estruturante do cânone escolar.

Discussões e Resultados

Na primeira obra analisada, *Teláris Essencial: Português (8º ano)*, da Editora Ática, constatou-se um *corpus* de 133 textos com autoria atribuída, nos quais a predominância masculina é contundente: 108 textos foram escritos por homens, enquanto apenas 25 são de autoria feminina. Essa disparidade revela que, para cada texto escrito por uma mulher, o estudante é exposto a aproximadamente quatro produções masculinas.

Essa hegemonia não se restringe aos conteúdos principais e atividades; ela se ramifica pela arquitetura editorial do livro, uma vez que os *boxes* de indicações, textos complementares e hiperlinks também são de autoria estritamente masculina. A marginalização da mulher é ratificada pela ausência quase total, uma vez que apenas dois *boxes* biográficos dedicados a figuras femininas aparecem ao longo do livro inteiro, contrastando com a validação dada aos autores homens. Assim sendo, tal configuração não apenas privilegia a perspectiva histórica masculina, mas institui um silenciamento estrutural que relega a voz feminina a uma margem de excepcionalidade dentro do material didático.

No que tange à segunda obra, *Português: Linguagens (8º ano)*, da Editora Saraiva, manifestou-se uma leve oscilação quantitativa, embora a estrutura de desigualdade permaneça latente. Em um universo de 115 textos, observou-se que 86 pertencem a autores e 29 a autoras. Ainda que ocorra um incremento percentual na participação feminina, a autoria masculina ocupa quase 75% do espaço total, reforçando que a inserção de mulheres no PNLD ocorre de forma insuficiente para desestabilizar a centralidade masculina no imaginário.

Essa assimetria é aprofundada nos elementos paratextuais: os *boxes* de indicação privilegiam majoritariamente livros, textos e filmes produzidos por homens, conferindo-lhes visibilidade mediante a exposição das capas das obras, enquanto as raras menções a produções femininas não recebem qualquer destaque visual. A política de reconhecimento biográfico é igualmente restritiva: a única escritora contemplada com um *box* biográfico é Conceição Evaristo, inserida exclusivamente em uma unidade sobre racismo, ao passo que as autoras das unidades anteriores são privadas desse espaço de legitimação. Na mesma seção, a presença de uma professora indígena é reduzida a um depoimento pessoal, destituída de um *box* biográfico que a valide como autoridade intelectual. Tal configuração sugere que a voz feminina, quando admitida, é frequentemente confinada a nichos temáticos específicos ou ao

relato de experiência, sem alcançar o *status* de "autoridade canônica" conferido aos seus pares masculinos.

No terceiro volume analisado, *SuperAção: Português (8º ano)*, da editora Moderna, o *corpus* de autoria identificada compreende 96 textos, dos quais 66 são assinados por homens e 30 por mulheres. Embora esta obra apresente o maior índice de participação feminina entre as amostras coletadas, o dado exige uma leitura cautelosa: mesmo no cenário mais "inclusivo" desta pesquisa, a autoria feminina não alcança sequer um terço do total. A persistência de um repertório composto por quase 70% de vozes masculinas evidencia que a estrutura literária escolar permanece ancorada em uma perspectiva androcêntrica, na qual a produção das mulheres enfrenta, primordialmente, uma barreira de densidade numérica.

A despeito da progressão aritmética em relação às obras anteriores, a paridade real permanece ausente. A investigação quantitativa revela o teto de vidro dessa suposta representatividade: a presença feminina é admitida como um "complemento" ou uma "cota de diversidade", mas raramente como uma força que partilha o protagonismo em igualdade de condições. Esse obstáculo estatístico constitui o primeiro cerceamento à resistência, uma vez que a hegemonia masculina na curadoria dos materiais didáticos antecipa e molda a invisibilidade que se repetirá na sala de aula.

Nesse cenário, a insistência do androcentrismo literário impõe a necessidade de transcender a análise quantitativa para investigar a natureza desses 30% destinados às mulheres. Diante de uma minoria tão demarcada, resta questionar se essa ocupação de espaço configura um movimento de resistência e ruptura ou se serve apenas a uma conveniência editorial de representação simbólica, ainda insuficiente para transformar o cânone escolar.

A análise das obras selecionadas permite compreender que a presença feminina nos livros didáticos não se caracteriza apenas por sua inferioridade quantitativa, mas, sobretudo, por formas específicas de inserção marcadas pela segregação simbólica e pela subalternização intelectual. Mais do que uma ausência numérica, observa-se uma presença controlada, limitada e, em muitos casos, destituída do mesmo estatuto de legitimidade conferido aos autores homens. Quando as autoras são deslocadas para seções secundárias, associadas a relatos de caráter pessoal, apresentadas sem imagem ou sem informações biográficas consistentes, ou ainda vinculadas de maneira quase exclusiva a determinados recortes

temáticos, como se verifica no tratamento dado à obra de Conceição Evaristo, constrói-se, no interior do material didático, uma representação hierarquizada da produção literária e intelectual.

Nesse processo, o livro didático não apenas organiza conteúdos, mas também produz sentidos sobre quem pode ocupar o lugar de autoridade no campo do saber. Ao reservar aos autores homens a centralidade canônica e às mulheres espaços periféricos ou tematicamente delimitados, o material contribui para a consolidação de uma lógica segundo a qual a produção intelectual de maior prestígio, universalidade e reconhecimento permanece associada ao masculino. Trata-se, portanto, de uma dinâmica que ultrapassa a simples seleção de textos e incide diretamente sobre os modos de percepção e de valoração construídos no espaço escolar.

Nessa perspectiva, é importante reconhecer que o ensino de literatura, longe de ser neutro, participa ativamente da formação simbólica dos sujeitos. Ao naturalizar o apagamento ou a secundarização das mulheres nos espaços de consagração cultural, a escola corre o risco de reproduzir, no plano pedagógico, assimetrias historicamente consolidadas no tecido social. Em vez de tensionar estruturas excludentes, o livro didático, quando orientado por uma lógica androcentrista, pode reiterar visões de mundo que silenciam trajetórias, saberes e produções femininas, enfraquecendo a potência crítica da educação literária.

Tal questão se torna ainda mais relevante no contexto brasileiro contemporâneo, atravessado pela intensificação de discursos misóginos, pela naturalização de múltiplas formas de violência de gênero e pela permanência de índices alarmantes de feminicídio. Diante desse cenário, a escola deveria afirmar-se como espaço de problematização, deslocamento e resistência. No entanto, ao reproduzir, ainda que de forma indireta ou silenciosa, a centralidade masculina no campo literário, o livro didático termina por corroborar hierarquias de gênero que sustentam processos mais amplos de desigualdade e violência. Com isso, fragiliza-se uma das funções mais relevantes da educação: a formação de sujeitos capazes de reconhecer, em sua plenitude, a humanidade, a autoridade intelectual e a potência criadora das mulheres.

Considerações Finais

A análise comparativa das três coleções do PNLD revela que a desigualdade de gênero nos livros didáticos de Português não é um erro de percurso, mas um componente estrutural da arquitetura editorial. Enquanto os dados quantitativos denunciam um teto de vidro intransponível, em que a autoria feminina oscila entre 18% e 31%, a análise qualitativa expõe mecanismos refinados de apagamento. Ao priorizar capas de livros masculinos, omitir biografias de mulheres e reduzir vozes femininas (como a da professora indígena) ao registro do "depoimento pessoal" em vez do "saber intelectual", as obras ratificam o androcentrismo como o padrão da autoridade literária.

Essa configuração pedagógica repercute profundamente na construção de uma cidadania emancipatória, viabilizada pelo exercício da subjetividade crítica. Ao oferecer um repertório no qual o homem é o detentor universal do *logos* e a mulher é a exceção biográfica ou o apêndice temático, a escola falha em confrontar as raízes da misoginia estrutural. Em uma sociedade brasileira que enfrenta índices alarmantes de feminicídio e discursos de ódio, o livro didático, ao não garantir paridade e visibilidade, atua como um dispositivo de manutenção de hierarquias de poder.

Em última análise, a democratização do acesso à leitura deve vir acompanhada da democratização da autoria. Sem uma ruptura com a hegemonia masculina nos materiais de base, o ensino de Língua Portuguesa continuará a formar leitores que, embora alfabetizados, permanecem cegos à intelectualidade feminina, perpetuando o ciclo de invisibilidade que precede e autoriza as diversas formas de violência contra a mulher.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Vera Teixeira de (Org.). **Era uma vez na escola**: formamos leitores? Belo Horizonte: Formato, 1996.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro Didático e Conhecimento Histórico:** uma história do saber escolar. São Paulo: Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1993. (Tese de doutorado)

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2024**: objeto 1 — guia de livros didáticos: ensino fundamental anos finais. Brasília, DF: MEC, 2023. *(Nota: Ajuste o ano caso sua análise seja sobre o edital de 2020)*.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

GONZAGA, Sergius. **A literatura marginal**. *In*: BAKOS, Margaret Marchiori; CASTRO, Maria Regina Barcelos (Org.). **A história sob o olhar da literatura**. Porto Alegre: Edipucrs, 1981.

MARIETTA, Terezinha. **A leitura no contexto escolar**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. **Escritos à margem**: a presença de escritores da periferia no campo literário brasileiro. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

SILVA, Ezequiel Teodoro Livro didático: do ritual de passagem à ultrapassagem. *In:* **Em Aberto – O livro didático e qualidade de ensino.** Brasília: INEP, nº 69, ano 16, jan./fev., 1996.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. Produção literária feminina: um caso de literatura marginal. *In*: ZINANI, Cecil Jeanine Albert; SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos (Org.). **Trajetórias de literatura feminina**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2011. p. 15-28.